



Nuno Costa Santos

Crónicas do Corpo Santo

O desporto da crónica de costumes

Gertrudes Labaça, filha dos primeiros confinamentos, personagem nascida há cerca de um ano nas Furnas. A partir de 29 de Março de 2020, data da primeira cerca sanitária nos Açores, passou a alegrar a vida suspensa de muitos açorianos, nas ilhas e nas comunidades. Fenómeno que, projectado a partir das redes sociais, convém perceber. Entendi-o melhor ao assistir a uma reportagem que passou na TVI. Está bem desenhada e tem a respiração necessária. Vive no site da estação. Procurem-na, se puderem.

Contra o vírus e os canais da televisão movidos à custa do vírus, uma comédia virtual, cheia de expressões micalenses, conduzida por Bruno Costa, cabeleireiro de 36 anos. Com as suas vestes, o seu sotaque, o seu jeito para a caricatura, o seu transformismo burlesco, muitos divertiu e diverte – adultos, adolescentes, crianças – nos seus directos. Alvo primeiro da sátira: quem, em cada freguesia, se dedica à coscuvilhice e ao cerzir de enredos à base do balanço venenoso da má língua. Pessoas doutoradas na vida privada de todos habitantes do pedaço, como carimba, com as suas palavras de orgulho, a mãe de Bruno. O primeiro público foi o da gente local, capturada pelo gesto de exorcizar covidianos medos. Afinal há quem, apesar de resistências conservadoras aqui e ali, seja profeta na sua própria terra. Jocosos, apostado no velho e sempre pertinente desporto da crónica de costumes.

O humor, sabemos-lo, é reconhecimento. O riso vem do facto de todos conhecerem alguém, entre a vizinhança, com o perfil de Gertrudes. E com o perfil de outras personagens do grupo Vamos Rir Furnas. Desde a beata, “pessoa muito séria” das Furnas que, quando vai a Ponta Delgada, se transforma em mulher provocante e sexy (acontece com frequência, diz Bruno), a uma mulher vítima de violência doméstica. Bom tocar num tema conhecido e pouco falado deste tipo de violência, demasiado abundante e silenciado nos recantos do arquipélago. Os jornais trazem notícias. De vez em quando as instituições trazem a público os números. Falta

falar mais do drama nas ruas e nas artes.

É conhecido. Nas ilhas açorianas, há uma tradição humorística nesta linha, do teatro popular de todo o arquipélago ao específico carnaval da Terceira, linhagem que contraria aquela ideia feita de que a melancolia é o sentimento único que transportamos no lombo. Nos Açores conhecem-se também homens como Bruno que se vestem com indumentária e maquilhagem femininas não com intuitos humorísticos mas como forma de se apresentarem no dia-a-dia. Como identidade inscrita no cartão de cidadão. Desde há muito que, na ilha de São Miguel, habituámo-nos a ver alguns, por exemplo, em São Roque. Na Ribeira Quente – lembro-me agora – também. Tornam-se aceites tal como são – e querem ser – pelas comunidades e passam, ao fim de um tempo, a não ser discriminados. Fazem parte. Natural que nos inícios sejam motivo de zombaria mas depois, com a atitude de nunca desistirem da sua escolha, integram-se pela sua ténpera e persistência. Com o tempo e com o hábito, fazem esquecer os muros do preconceito. Admiro-os. Ao ver a performance de Gertrudes, fica-se com a vontade de ligar a um Pedro Almodóvar, realizador (espanhol) capaz de esculpir com estas personagens filmes maiores. Pode ser que passe por aqui.

Assunto ancestral que molda mentalidades insulares. Os açorianos baseiam importante parte da sua identidade na forma como lidam com as intempéries. Uma definição possível de açoriano: aquele que, ao longo dos séculos, sobreviveu aos temporais. As fúrias da Natureza tornaram-nos religiosos, tementes a Deus e às suas sentenças. Também vão originando gestos de solidariedade. A depressão que passou pelos Açores, simpaticamente chamada Lola (quem são os criativos?), fez-me lembrar da história, publicada há uns anos no Correio dos Açores, de um lavrador que, numa freguesia de São Miguel, protegeu as casas, colocando dois tractores na estrada para desviar as águas para uma ribeira. Um pormenor: o homem tinha – tem, espera-se – um nome com simbolismo dentro: João Coração.

Numa altura em que o arquipélago, com ou sem pandemia, continua a ser dos destinos turísticos mais elogiados pelas revistas internacionais, a Natureza lembra-nos das nossas vulnerabilidades, bem mais antigas do que este vírus cansativo. A beleza deste lugar continua a pagar-se.

Recomenda-se aqui, na Crónica do Corpo Santo, o *podcast* do jornal Record com uma entrevista a Daniel Ramos, treinador do Santa Clara. Mesmo para quem não vai à bola com os jogos de bola. Para se perceber e dar mérito. Ramos começa por referir-se à circunstância de acompanharem a equipa técnica apenas três pessoas e às dificuldades por ele sentidas no comando da equipa. Pouca gente, entre açorianos e continentais, conhece este dado. O Santa Clara, além de treinar no relvado principal, em média uma vez por semana, treina em dois campos-escola, utilizados pelas turmas para sessões de atletismo nas pistas. Isso gera naturais constrangimentos, entre os apitos do professor e o perigo de os alunos, durante os treinos de uma das mais respeitadas equipas da Primeira Liga, levarem com a involuntária violência das bolas. Mas Daniel Ramos não se fica pelo sublinhado das sombras. Destaca o ambiente luminoso à volta da equipa, a respiração quente de uma “pequena grande família”, o incentivo para que o grupo melhore a *performance* em cada jornada. Nesta dimensão, acrescenta, é o melhor clube no qual trabalhou até hoje. E esse caldo positivo permitirá ao Santa Clara, antevê, conquistar algo de mais grandioso para o clube. E quem diz clube diz futebol açoriano e diz Açores. Respeitar o Santa Clara é respeitar os Açores. Dentro e fora do chão das ilhas, nos territórios onde há açorianos. Durante o relato do jogo Benfica-Santa Clara, o locutor da Antena 1 fez questão de lembrar o dilatado número de açorianos espalhados pelo mundo que estavam a acompanhar. Já o havia referido a propósito dos nossos feitos no judo. A identidade açoriana também se aprofunda através da valorização do desporto.

“Dimensão territorial não pode ficar enclausurada na Política de Coesão”, defende Vasco Cordeiro

Vasco Cordeiro participou ontem, na sua qualidade de 1º Vice-Presidente do Comité das Regiões, na conferência “Territorial Cohesion Trends and Policies – The Role of EU Cohesion Policies”, uma iniciativa do dinamia’cet - ISCTE (Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território - ISCTE), na qual abordou o papel do Comité das Regiões no apoio à coesão territorial.

Perante outros intervenientes nesta conferência, como a Comissária Europeia para Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, ou a Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, o antigo Presidente do Governo dos Açores salientou o percurso feito pelo

Comité das Regiões desde a sua criação, pelo Tratado de Maastricht, na defesa da Política de Coesão, e, em especial, nos últimos anos no âmbito das discussões sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.

“Se há algo que o passado recente prova, é que não podemos dar por garantida a existência da Política de Coesão. Ela esteve, e estará, sob pressão por um conjunto variado de factores, como a necessidade de financiar novas prioridades políticas da União Europeia, a sua relativa adequação para lidar com situações extraordinárias como a crise financeira ou a pandemia de Covid-19 ou, ainda, as próprias críticas que, al-

guns dos seus beneficiários lhe tecem por causa dos seus programas serem alegadamente demasiado complexos ou burocráticos, mas é necessária uma postura de vigilância e defesa pronta e determinada, daquela que constitui a política que pretende concretizar um dos objectivos fundamentais da União. Isto é, a coesão social, económica e territorial”, referiu Vasco Cordeiro.

Referindo-se à relação entre a dimensão territorial da Política de Coesão e outras políticas da União Europeia, Vasco Cordeiro, criticou aquilo que considerou ser “absolutamente incompreensível” no âmbito, por exemplo, da nova Política Agrí-

cola Comum.

“A dimensão territorial não pode ficar enclausurada na Política de Coesão, mas deve ser transversal às várias políticas da União e isso nem sempre acontece. Um exemplo recente, é o da exclusão das regiões da gestão da nova Política Agrícola Comum, nomeadamente, do segundo pilar relativo ao Desenvolvimento Rural, ao contrário do que acontecia antes. Isto significa que numa das componentes da PAC, que mais influência tem nas comunidades rurais, a ter vencimento aquilo que está em cima da mesa, as regiões da União são excluídas da gestão dessa política. Isso é um erro”, criticou Vasco Cordeiro.